

Crise, reestruturação produtiva e migração: o papel do Estado no movimento de haitianos ao Brasil

Flávio Lima

Universidade Estadual de Campinas

 <https://orcid.org/0000-0001-8680-2669>

limafr@unicamp.br

RESUMO

O artigo discute as mudanças nos padrões migratórios internacionais desde o início do século XXI, com foco no movimento de haitianos ao Brasil, especialmente para o Paraná, entre 2010 e 2018. Analisa também o papel do Estado brasileiro com relação a este processo, questionando se suas ações e seus mecanismos contribuíram para que o Brasil se tornasse um destino migratório naquele período. Para isso, o artigo está fundamentado em uma pesquisa qualitativa, que combina trabalho empírico e análise documental. Ademais, explora a relação entre crises capitalistas contemporâneas, reestruturação produtiva e migração, destacando como a alteração dos marcos regulatórios convertem dificuldades econômicas em oportunidades para aprofundar políticas neoliberais, influenciando o volume dos fluxos e a mudança no eixo migratório. Demonstra como isso se efetivou com o processo em tela e, argumenta que determinadas modificações nos marcos regulatórios e as próprias ações geopolíticas beneficiaram a reestruturação, ao mesmo tempo em que facilitaram a atração de migrantes haitianos ao Brasil, cuja incorporação ao mundo de trabalho se deu como forma de reduzir custos produtivos.

Palavras-chave: crise; reestruturação produtiva; migração; Estado; política migratória.

Crisis, productive restructuring, and migration: the role of the State in the flows of Haitians to Brazil

ABSTRACT

In this paper, I examine shifts in international migration patterns since the early 21st century, focusing on the movement of Haitians to Brazil, particularly to the state of Paraná, between 2010 and 2018. I also analyze the role of the Brazilian state in this process, questioning whether its actions and mechanisms led to Brazil becoming a migration destination during this period. The discussion is grounded in qualitative research that combines empirical work and documentary analysis. Furthermore, I explore the relationship between contemporary capitalist crises, productive restructuring, and migration, highlighting how changes in regulatory frameworks transform economic difficulties into opportunities to deepen neoliberal policies, thereby influencing migration flows and shifting migratory patterns. I demonstrate how this process unfolded and argue that specific changes in regulatory frameworks, along with geopolitical actions, facilitated productive restructuring and contributed to attracting Haitian migrants to Brazil. Their integration into the *world of work* served as a means of reducing production costs.

Keywords: crisis; productive restructuring; migration; State; migration policy.

Submissão em: 21/06/2024 | **Aprovação em:** 20/12/2024

1. INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, os movimentos migratórios internacionais mudaram consideravelmente. O estouro das crises capitalistas contemporâneas, a mais dramática delas sendo a crise financeira e imobiliária iniciada em 2007, vem produzindo uma reconfiguração nos padrões migratórios: antes, a maioria dos movimentos migratórios se dirigia ao Norte Global (Europa Ocidental e América do Norte), mas, nas últimas décadas, houve um crescimento dos movimentos migratórios para o Sul Global.

A América Latina se insere nesse movimento de maneira relevante. Os dados do Informe Anual do Observatório das Migrações Internacionais na América Latina confirmam essa tendência. Segundo o informe, na década de 2010, essa porção continental recebeu um incremento no ingresso de pessoas originárias do Sul Global. Destacam-se haitianos e venezuelanos — grupos migratórios que cresceram de forma significativa na década em evidência —, além de outras nacionalidades, tais como senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis (Obmigra, 2019, p. 3).

O Brasil figura entre os países que receberam os maiores fluxos migratórios no período em questão. Dos 774.200 imigrantes que ingressaram no país em 2018, cerca de 395.100 procediam de contextos intrarregionais (países latino-americanos) e extrarregionais (países asiáticos e africanos) (Obmigra, 2019, p. 1 e 7), o que contrasta com os padrões de décadas anteriores, cujo predomínio se caracterizou pela chegada de imigrantes de países da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos.

Haitianos e haitianas, grupo de imigrantes no qual tratarei ao longo deste artigo, estão inseridos nas condições descritas. Esses sujeitos formam o maior grupo migratório que ingressou no Brasil na última década. Entre 2010 e 2018, foram concedidos 106.475 pedidos de permanência para haitianos em território brasileiro, dos quais 90.607 foram emitidos para trabalhar em condições formais (Obmigra, 2019; Rais, 2019, p. 51 e 54).

No contexto brasileiro, o estado do Paraná, na região Sul, está entre os que receberam a maior proporção de imigrantes que adentraram o país. No mesmo período, esse estado da federação recebeu 10.628 pedidos de permanência legal e de trabalho. Mais de 50% dos imigrantes haitianos que chegaram no Paraná se concentram na região noroeste do estado,

onde trabalham em matadouros, frigoríficos, setores de limpeza, construção, serviços gerais e na indústria têxtil (Obmigra, 2019, p. 62).

Estudiosos de processos de deslocamento e reassentamento de pessoas, vêm caracterizando tal tendência como um novo padrão de migração global (Vallen, 2015), marcado por distintos e volumosos fluxos internacionais de pessoas que, à medida que se movem pelo espaço, alteram a relação com os territórios, suas geografias, culturas e fronteiras (Nagel, 2002).

Os movimentos migratórios internacionais constituem-se, historicamente, como um dos componentes mais relevantes, generativos, destrutivos e essenciais para a reprodução ampliada do capital em todo o globo (Ritchie, Carpenter & Mojab, 2022) e carecem de ser colocados em exame. Desse modo, questiona-se: Quais ações e mecanismos contribuíram para que, na última década, o Brasil se tornasse um destino para a migração de haitianos? A busca por oferecer respostas a esse questionamento consiste em compreender se as ações e os mecanismos adotados permitem investigar o movimento migratório realizado pelos haitianos, bem como as implicações que suas chegadas produzem nas relações sociais do Brasil e do estado do Paraná.

Como parte do esforço para analisar e debater essa temática, elaborarei uma discussão para compreender quais conteúdos legitimam o padrão migratório internacional em que, nos anos de referência, pessoas originárias do Sul global, se destacam como os maiores fluxos migratórios em seus territórios, a exemplo do movimento realizado por haitianos no contexto latino-americano. Ao lançar luz para a questão das migrações internacionais contemporâneas, darei particular foco no movimento migratório de haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná, entre 2010 e 2018.

Dessa forma, o artigo está fundamentado em uma pesquisa qualitativa que combina trabalho empírico e análise documental. A coleta de dados empíricos foi realizada entre 2016 e 2020, totalizando mais de 100 entrevistas com trabalhadores, sindicalistas e proprietários de empresas têxteis no estado do Paraná. Além disso, entre 2017 e 2022, desenvolveu-se uma ampla pesquisa documental baseada na análise de dados provenientes de instituições governamentais e privadas. A metodologia adotada se inscreve na

abordagem do método do caso estendido (Burawoy, 2009), que enfatiza a observação participante e a intervenção do pesquisador no campo.

Para fazê-lo, foram investigados os papéis do Estado brasileiro na conformação e na manutenção desse processo migratório de haitianos ao Brasil. Essa tentativa visou observar como suas estruturas são mobilizadas para organizar, administrar, restringir e controlar o acesso de pessoas a determinados lugares, permitindo, com isso, explicitar o papel desempenhado pelo Estado em relação ao movimento migratório. Assim, articula-se aquilo que Nagel (2002, p. 972) define como “geopolítica da migração”.

Com isso, pretendo explicitar determinados componentes da natureza e da complexidade dos movimentos migratórios em curso, enfatizando que, nesse processo: “as relações sociais e o ritmo do movimento são compelidos e facilitados pelo movimento do próprio capitalismo” (Ritchie, Carpenter & Mojab, 2022, p. 4). Nesse sentido, os papéis e os mecanismos de atuação do Estado capitalista (Jessop, 1990; Rodrigues, 2016), em seu acoplamento com o capital (Gilmore, 2002), adquirem uma relevância fundante. Assim, o foco do artigo está em como o Estado brasileiro, por meio de políticas e mecanismos específicos, contribuiu para que o Brasil se tornasse um destino para os migrantes haitianos e como essas ações estão interligadas com as transformações econômicas e produtivas no país.

O argumento central é que a atual fase do capitalismo tem configurado radicalmente as formas de manifestação do contínuo processo de reestruturação, cujos traços se manifestam na rodada que teve lugar na virada para o século XXI. Induzida pelas crises para as quais busca oferecer respostas, a reestruturação produtiva se forja não apenas por meio da reorganização da estrutura produtiva (reengenharia e reorganização) e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira nos limites do território brasileiro (Lima, 2024), mas também por meio do alcance político de sua atuação, além dos limites estabelecidos por suas fronteiras – o que se expressa tanto pela alteração dos marcos regulatórios, quanto por meio de ações diplomáticas no Haiti, que possuem um caráter abertamente militarizante.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

Neste item, buscarei compreender alguns elementos que caracterizam os movimentos migratórios internacionais desde o início do século XXI, com foco particular naqueles percorridos pelos haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná, entre 2010 e 2018. Evidencia-se aspectos destacados do processo, que se configura como um dos fluxos que compõem o chamado novo padrão migratório (Villen, 2015; Basso, 2015; 2020), relacionando-os aos condicionantes da reestruturação produtiva que ocorreu na virada do século XXI, em suas dimensões mais relevantes.

Apesar de fazer parte da cultura haitiana realizar fluxos migratórios para fora de seu território, o afluxo em direção ao Brasil, que se configurou a partir de 2010 (Desrosiers, 2014; Seguy, 2014), tem um caráter distinto. Historicamente, haitianos migraram para países do Norte Global, principalmente Estados Unidos e França (OBMigra, 2020, p. 49). Desde a segunda década de 2010, no entanto, passaram a migrar para países do Sul Global, como o Brasil e o Chile. Trata-se, portanto, de um movimento de pessoas se deslocando para territórios distintos daqueles para os quais costumavam migrar no século XX.

No âmago das alterações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, haitianos deixaram de figurar como um grupo migratório importante – em termos de fluxo, para países do Norte Global, passando a ser a nacionalidade mais expressiva a chegar ao Brasil (Gomes, 2016; Martins, 2018; Pachi, 2019; Jesus, 2020). Entre 2010 e 2018, foram concedidas 106.475 autorizações de amparos legais a haitianos no país (OBMigra, 2019, p. 78-83). As questões que se colocam são: Por que os haitianos passaram a migrar para o Brasil? Que determinantes implicaram tal processo?

Ao investigar e descrever os motivos mais frequentes que levam à migração – considerando tanto as questões objetivas quanto as subjetivas – a literatura identificou um conjunto de categorias que explica os recentes deslocamentos internacionais de pessoas. Em um artigo recente, Armijos-Orellana *et al.* (2023) resumem o conjunto de

categorias que evidenciam tais deslocamentos pelo globo. São elas: *econômica* (as condições de precarização laboral, como arrocho salarial, desemprego estrutural e inflação, que resultam em miséria, pobreza e desigualdade social); *social* (as violações de direitos fundamentais, como perseguições de mulheres, discriminação racial e intolerância religiosa); *[geo]política* (as instabilidades políticas oriundas de golpes de Estado e regimes autoritários e as situações limites de conflitos bélicos); *demográfica* (os desequilíbrios populacionais que se acentuam com taxas de natalidade elevadas ou em declínio e envelhecimento massivo da população); e, *ecológica- ambiental* (eventos climáticos extremos pontuais ou permanentes, que tornam áreas inhabitáveis, e até mesmo, as problemáticas geradas pela emergência da pandemia de Covid-19). São todas categorias que impulsionam as migrações, já que, em função delas, buscam outras áreas para sobreviver.

Embora estejam de fato relacionados aos movimentos migratórios, será que essa categorização é suficiente para evidenciar a *essência* dos processos migratórios contemporâneos? Será que tais categorias exprimem aquilo que está na base do deslocamento de pessoas ao redor do globo?

Neste sentido, continuarei a interpretar esse conjunto de categorias de forma articulada, considerando que, embora uma delas possa se sobressair em alguns contextos históricos de crises do capital (Harvey, 2014), todos, conjuntamente, desempenham um papel fundamental de reconfiguração nos padrões migratórios nas últimas décadas. Considerarei também que as determinações do processo carecem ser evidenciadas a partir das estruturas de poder que, quando em ação, propiciam ou mesmo facilitam os deslocamentos. Para tanto, foca-se nas ações e nos mecanismos de atuação do Estado, por considerar que ele cumpre papel relevante nos processos migratórios. Centrar em tal perspectiva não significa, no entanto, tratá-lo como única fonte do poder. Como se sabe, a despeito de seu poder infraestrutural (Mann, 2007) e do monopólio "legítimo" da violência – expressa com o aparato militar (Weber, 1999) –, o poder do Capital é *fundante* nas expulsões que resultam em processos migratórios internacionais.

Atentarei para a manifestação de um evento de ordem ambiental ocorrido no Haiti (o terremoto de 2010), considerando que ele produziu resultados, independentemente de terem implicado ou não a migração. No entanto, o foco explicativo se concentrará nos rebatimentos da crise ocorrida antes (2007-2008), com o objetivo de identificar como e quais ressonâncias eles produziram na geopolítica das migrações (Harvey, 2014; Basso, 2015). As interpretações acerca das dimensões das crises contemporâneas asseguram que, entre suas ressonâncias, encontram-se uma nova rodada de reestruturação produtiva induzida pela crise financeira e imobiliária iniciada nos Estados Unidos em 2007 (Harvey, 2014), cujos rebatimentos redundaram em ajustes nas relações de produção (García Linera, 2021) e nos marcos regulatórios em muitos territórios do Ocidente Global.

A configuração do novo padrão migratório internacional (Villen, 2015; Basso, 2015), aqui denominado como padrão migratório neoliberal, resultou dessa rodada de reestruturações (múltiplas em suas manifestações e em seus resultados). Os ajustes que o delineiam foram implementados como esforços para resolver espacialmente os efeitos da crise, o que se deu, entre outras formas, por meio do movimento geográfico de pessoas – e também de capitais, mercadorias e informações – em múltiplas escalas (Smith, 1992).

As diferenças relacionadas a essa busca por estratégias para aumentar a produção a custos decrescentes podem ser explicitadas a partir dos desenvolvimentos desiguais do capital, que se manifestam em todas as escalas (Smith, 1992; Brenner, 2004). Assim, enquanto no Norte Global essa tendência implicou mutações tecnológicas e informacionais na produção (Massey, 1986), culminando em desemprego massivo e na transferência da atividade produtiva para fora dos limites do território – configurando um processo de desindustrialização –, no Sul Global, essa tendência se manifestou como uma fonte de força de trabalho barata (Antunes, 1999; 2018), com a transferência da atividade produtiva sendo deslocada dos grandes centros para o interior do território.

Embora tais tendências estejam amplamente identificadas pela literatura especializada na temática das reestruturações (Navarro, 1998; Kilmister, 2000), deve-se

questionar como elas se articulam na prática. A seguir, apresentarei três estratégias de restauração das bases da acumulação de capital adotadas pelos industriais brasileiros para aumentar a produção a custos decrescentes, melhorar a competitividade e adaptar-se às demandas impostas pela criação de novas tecnologias (Harvey, 2005; Oliveira, 1996; Pereira Júnior, 2011), todas identificadas a partir dos trabalhos de campo.

As determinações dessas três estratégias se expressam nas tentativas de restauração das bases da acumulação de capital mobilizada pelos industriais no interior do território. Como demonstrou a literatura que aborda esse tema no Brasil (Lencioni, 1991; Oliveira 2007; Pereira Júnior, 2011; Tunes, 2019; Lamoso, 2020; Lima, 2023), desde a década de 1990, elencam-se entre suas características:

- i) introdução de novas tecnologias e da automação para melhorar a eficiência e reduzir custos produtivos (Tunes, 2019);
- ii) alterações na forma como o trabalho é organizado, incluindo novas formas de gestão, processos de terceirização de atividades e serviços e o enxugamento dos quadros produtivos (Antunes, 2018);
- iii) ajustes na configuração da produção para otimizá-la e não desperdiçar tempo e recursos (Pinto, 2013);
- iv) alterações nos marcos regulatórios e capacidade – do trabalho, principalmente – de adaptação rápida às transformações introduzidas a partir da reestruturação.

No estado do Paraná, em especial, a mobilização dessas estratégias vem sendo realizada nos setores produtivos em geral, que as implementam como forma de reduzir os custos de produção, e no setor têxtil situado na região noroeste do Estado em particular, no qual os mecanismos adotados aumentam a mobilização da força de trabalho barata, principalmente para trabalhar nas confecções (Lima, 2024). Em 2018, as indústrias têxteis da região noroeste paranaense produziram 150 milhões de peças (equivalente a 51,9% da produção estadual e a 8,6% da produção têxtil nacional para o setor). Durante o mesmo ano, a região abrigava 441 indústrias distribuídas em 96 municípios. Juntas, essas indústrias geraram cerca de 400.000 empregos diretos e mais de um milhão de empregos indiretos. Desse total, estima-se que 6% da força de trabalho seja

composta por trabalhadores imigrantes, que chegaram de outros países, entre eles o Haiti (Lima, 2022).

As alterações na forma como o trabalho é organizado puderam ser observadas em duas instâncias. Por um lado, pode-se afirmar que ocorreram por intermédio das novas formas de gestão e processos de terceirização de atividades e serviços. Com as entrevistas feitas em campo, constatou-se que, entre os anos 2000 e 2016, uma das maiores indústrias da região eliminou cerca de 2.043 empregos diretos, enquanto, no mesmo período, a produção teve um incremento de 80.000 peças (Lima, 2022). Nesse processo, recrutaram trabalhadores haitianos para realizar a mesma quantidade de tarefas que eram feitas pelos trabalhadores locais, mas por metade do salário.

A eliminação de empregos e o recrutamento de imigrantes impactam diretamente os trabalhadores que permanecem, que são forçados a realizar mais atividades no mesmo tempo de trabalho sem receber compensação adicional (uma intensificação dos ritmos de trabalho). Consequentemente, ambos os grupos de trabalhadores são afetados pela ampliação da jornada laboral. Por outro lado, isso ocorreu por meio da incorporação de trabalhadores imigrantes que, por diversas razões (necessidade de sobrevivência, desconhecimento da legislação nacional, dificuldades de comunicação no idioma local), aceitam trabalhar em condições precárias e recebendo baixas remunerações.

Isso gerou uma relação de produção em cadeia: as tarefas principais (*design* e modelagem) permaneceram nos espaços industriais convencionais, enquanto as tarefas de acabamento (costura, bordado e tecido) foram transferidas para fora desses espaços, dispersa pelos espaços domiciliares e pelas facções locais (Lima, 2024), suscitando subcontratações realizadas em condições laborais precárias, com pagamentos por peça e a baixo custo, sem proteções legais nem sociais.

Além disso, ocorre um extenso processo de socialização do trabalho nos domicílios das trabalhadoras, que também funcionam como apêndices do sistema produtivo, sendo nós de mercantilização do tempo não laboral (Harvey, 1989, p. 145). Em

muitos casos, as mulheres não apenas trabalham em seus próprios lares, mas também utilizam seus próprios instrumentos de trabalho.

A estratégia de reestruturação da produção foi verificada por intermédio de um processo de transferência de parcela da atividade que se intensificou ao longo das décadas, com maior incidência em 2010. A produção foi afetada pelo deslocamento parcial das estruturas produtivas que se concentravam massivamente em cinco cidades e foram dispersadas em 96 por todo o estado (Lima, 2022).

Foi verificada também com as mudanças nos marcos regulatórios, que acentuaram a flexibilização da legislação trabalhista (Coutinho, 2013) e a supressão de direitos conquistados. Contratar trabalhadores com salários mais baixos e jornadas extensivas requer um marco regulador flexível (Antunes, 2018). Entre as mudanças para adaptá-lo a esses preceitos, é possível observar aquelas que foram implementadas no estatuto dos trabalhadores brasileiros – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – com maior intensidade a partir da década de 2010, especificamente com a contrarreforma de 2017, como mecanismos efetivos para mudar as relações laborais, sendo a supressão das proteções e dos direitos os pontos mais destacados.

Esse conjunto de estratégias elencadas explicita, em grande medida, como a reestruturação produtiva se efetiva na prática. No entanto, existe outra dimensão que carece ser elucidada, relacionada ao papel do Estado brasileiro, buscando compreender como eles permitiram que os haitianos se deslocassem para o Brasil. Elas serão destacadas no item a seguir.

3. O PAPEL DO ESTADO NO MOVIMENTO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

Neste item, destacarei determinadas ações e mecanismos de atuação do Estado brasileiro relacionados a exercícios realizados em território do Haiti e à promulgação de marcos regulatórios que facilitaram a entrada de migrantes haitianos em território brasileiro. Evidencia-se como o Brasil implementou uma série de medidas e políticas para atrair migrantes haitianos, incluindo concessões de vistos permanentes por razões humanitárias e a Portaria Interministerial nº 10 de 2018, que estabeleceu uma categoria especial de vistos humanitários para haitianos.

A ação estatal também foi um dos fatores que incidiram na reestruturação e sobre os movimentos migratórios. O Estado se concentrou, principalmente, em: a) construir recursos de infraestrutura, como estradas, linhas ferroviárias e aeroportuárias, para integrar a região noroeste com outras regiões e países da América Latina e levantar edificações; b) promover a pesquisa científica nas universidades públicas para incrementar a capacidade produtiva do algodão (principal matéria-prima da indústria têxtil) e da produção de têxteis e roupas; c) oferecer incentivos fiscais diretos (concessão de terrenos para a construção de indústrias) e indiretos (concessão de empréstimos e isenção de impostos); e d) facilitar as transações econômicas (venda de produtos e compra de maquinário) por meio da eliminação ou simplificação das barreiras comerciais e do sistema tarifário (Fresca, 2006; Vetro, 2011; Lima, 2022).

Essas ações se articulam na base do que a literatura tem explicitado para caracterizar o conceito de reestruturação produtiva, geralmente de maneira articulada às estratégias tomadas pelos capitais. Mas há outro aspecto que permite explicar como a reestruturação produtiva é um processo que merece ser analisado para verificar o caráter da geopolítica da migração, relacionado aos papéis do Estado. A interpretação da reestruturação produtiva será realizada pela via do papel e dos mecanismos de atuação do Estado, cujas estratégias específicas convertem as dificuldades econômicas que originam crises em oportunidades para aprofundar programas neoliberais em todas as dimensões: a despossessão e as migrações internacionais, que correspondem a dois de

seus desdobramentos mais evidentes, são facetas observadas a partir do papel e dos mecanismos de atuação. Nesse sentido, o processo é interpretado a partir da estatalidade [*statehood*] (Jessop, 1990; Brenner, 2004) sob o capitalismo contemporâneo.

Os papéis do Estado capitalista, conforme discutido por Rodrigues (2016), manifestam-se por meio de ações e mecanismos que operam em diferentes escalas e instituições, influenciando diretamente as especialidades da política (Cigolini, 2022). Eles podem ser observadas tanto nas “presenças” do Estado – por meio da elaboração de leis, decretos, marcos regulatórios, acordos diplomáticos, políticas públicas e do direcionamento de fundos para determinados setores da sociedade – quanto em suas “ausências”, evidenciadas pela falta dessas iniciativas voltadas a grupos sociais com demandas efetivas não atendidas.

No contexto dos movimentos migratórios em direção ao Brasil, essa relação se torna particularmente relevante, pois os papéis do Estado é que permite redefinir as geografias das migrações na escala continental. Quando o Estado brasileiro, por meio de uma atuação seletiva e direcionada, facilitou a entrada e a permanência de migrantes haitianos criando marcos regulatórios como vistos humanitários e autorizações de trabalho, ao mesmo tempo mecanismos de direcionamento desses fluxos para regiões específicas do país, como o noroeste do Paraná, ele está usando de seu poder para incidir e pautar esses movimentos.

Tais ações e mecanismos, sejam eles explícitos ou implícitos, revelam as formas pelas quais o Estado não apenas atende às demandas de determinados setores (presença) – como a dos industriais, que buscavam a redução dos custos de produção –, mas também marginaliza outras reivindicações (ausência), como as dos movimentos de trabalhadores que clamavam por melhores condições de trabalho e salários. O resultado dessas dinâmicas evidencia intencionalidades subjacentes que se materializam no espaço geográfico e não podem ser desconsideradas. Presença e ausência, embora possam parecer contraditórias à primeira vista, são fundamentais para a compreensão dos papéis do Estado. É nessa relação que se situa o jogo político, no qual ações e mecanismos

estatais explicitam o poder que orienta o campo de movimentação dos atores sociais (Mann, 2007; García Linera, 2022). Seus significados revelam as direções e interesses implícitos que moldam o espaço geográfico, especialmente no contexto das migrações internacionais contemporâneas.

Como está sendo explicitado, desde 2010 (Desrosiers, 2014; Seguy, 2014), haitianos passaram a realizar movimentos migratórios para o Brasil. A ocorrência do evento ambiental também pode ser elucidativa do processo. Isso porque o Brasil começou a instaurar marcos regulatórios e acordos diplomáticos com o Estado haitiano, sob o discurso de ajudar a resgatar o país de uma “crise” e recuperar a economia do país. Não obstante a cultura migratória da população haitiana, o afluxo em direção ao Brasil se deu imediatamente após o terremoto ocorrido em 2010, que foi de proporções catastróficas para o território.

Parcela da literatura acerca das migrações internacionais argumentam, acertadamente, que o recrudescimento das políticas anti-migratórias e o respectivo fechamento das fronteiras de países do Norte Global (Basso, 2015), como os Estados Unidos e a França (OBMigra, 2020, p. 49), que historicamente foram países de “acolhida” para a nacionalidade haitiana – é, em grande medida, explicativo dos processos migratórios recentes para o Sul Global. No entanto, outras ações se articulam com esse processo, como as ações do Estado Brasileiro no século XXI que, associando-se ao terremoto e ao seu exercício geopolítico, instaurou uma série de marcos relacionados à vinda de migrantes haitianos.

Em 2012, o Conselho Nacional de Imigração publicou a Resolução Normativa N° 97, dispendo sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980 (uma lei do regime ditatorial), a nacionais do Haiti. A lei concedeu visto permanente, pelo prazo de cinco anos, sob a justificativa de razões humanitárias, como aquelas “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país” (Brasil, 2012, p. 59). A Resolução Normativa N° 106 de 2013, bem como a Resolução Normativa N° 117 de

2015 e a Resolução Normativa Nº 123 de 2016 prorrogaram, por 12 meses, a vigência da Resolução Normativa Nº 97, de 12 de janeiro de 2012 (Brasil, 2024).

Em 2018, foi editado um decreto considerado paradigmático em termos de políticas migratórias, diretamente relacionado aos deslocamentos haitianos para o Brasil. Tal concessão foi instituída por meio da criação de uma categoria especial - Portaria Interministerial Nº 10 (Brasil, 2018, p. 1), que concede “vistos humanitários” de caráter “temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos”, para fins de acolhida. Não se tratava de um visto que tinha como interesse oferecer acolhida a migrantes que já se encontravam em território brasileiro, mas também àqueles “residentes na República do Haiti”. O documento, publicado pelo Ministério da Justiça, foi assinado pelos ministros de Estado da Justiça, Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho.

Esse marco regulatório do Estado propiciou (ou mesmo facilitou) a vinda e continua facilitando a integração legal de migrantes de maneira deliberada, aproveitando-se da vulnerabilidade socioespacial de um país que atravessou um evento ambiental de grandes magnitudes. A saber, o papel e os mecanismos de atuação do Estado capitalista dentro de um quadro geográfico - ou geopolítico - podem ser explicitados a partir do que Neil Brenner (2004) nomeia como projetos espaciais estatais, que se manifestam a partir de políticas de escala. Os modos de atuação do Estado brasileiro, os significados dessa política para o mundo do trabalho brasileiro e, sobretudo, as condições a que esses trabalhadores são inseridos nas atividades produtivas explicitam o alcance das ações e dos papéis do Estado nos movimentos de haitianos para o Brasil.

Por um lado, isso se explicita a partir das práticas institucionais dos ministérios cujos marcos mobilizam elementos nas fronteiras nacionais, no sentido de limitar ou ampliar o acesso a direitos. Suas práticas estiveram relacionadas a estender ao imigrante haitiano, por intermédio do Art. 8º da portaria, a “possibilidade de *livre exercício de atividade laboral no Brasil*, nos termos da legislação vigente” (Brasil, 2018, p. 2 - grifos

meus). E o fazia no sentido de mobilizar o maior contingente possível. Tanto é que, embora o requerimento de autorização pudesse ser solicitado nas unidades da Polícia Federal em território brasileiro, seu trâmite foi facilitado quando solicitado na “Embaixada do Brasil em Porto Príncipe”.

Por outro lado, essas práticas se relacionam às ações institucionais dos ministérios que se mobilizam além da fronteira nacional, contidos – ainda que não explícitos – em privilegiar certos objetivos e interesses de uma fração de classe: qual seja, mobilizar um contingente de migrantes afetados por eventos ambientais e deslocá-los para o interior das fronteiras brasileiras.

Desde a ocorrência do terremoto, alguns organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, certos Estados nacionais (Brasil, Canadá, Chile, França e EUA) e o tesouro nacional dos EUA se organizaram para impor uma série de políticas de austeridade (Harvey, 2005), ampliando a área de ação das corporações internacionais no território haitiano (Lima, 2022). Antes mesmo da ocorrência do evento, o Estado brasileiro se associou a tais práticas, estabelecendo acordos diplomáticos e termos de cooperação para atuar politicamente no território haitiano. Constatase isso pela participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (Brasil, 2022) – junto a militares de outros 19 países, com o intuito de promover a “manutenção da paz” naquele território.

A centralidade do trabalho, evidente nos termos da portaria interministerial, evidencia-se, portanto, como um componente que explicita o caráter mistificador da ação do Estado e, ao mesmo tempo, a intencionalidade da “ajuda humanitária” (posterior ao terremoto), revestida sob as retóricas de “promover a normalidade institucional no país”, “restabelecer a segurança”, “proteger os direitos humanos” e “reconstruir o país” (ONU, 2012).

Pode-se observar que o exercício geopolítico do Estado brasileiro se revela tanto com a militarização – mobilização do aparato militar do Estado no território haitiano em

ação coletiva com outros Estados nacionais – quanto com a ação voltada a propiciar o “desenvolvimento”, assim como a “reconstrução” promovida pelo “empresariado humanitário” brasileiro (anterior ao terremoto), configuram-se como ações voltadas para interferir nas relações sociais haitianas. Não são, portanto, espontâneas, na medida em que propiciaram efeitos de equalização socioespacial por meio das ações destacadas. Ambas foram constitutivas dos deslocamentos em evidência neste artigo. Tratam-se, efetivamente, de políticas de escala que incidiram tanto na produção e no aumento no volume dos fluxos de haitianos para fora de seu território, quanto na mudança no eixo das migrações haitianas, que antes migravam massivamente para os EUA e a França (OBMigra, 2020, p. 49) e que passaram a migrar para o Sul Global.

Nesse sentido, a vinda de haitianos ao Brasil permite explicitar a questão inicial, demonstrando como as ações do Estado alteraram um fluxo pré-estabelecido para responder às demandas dos capitais nacionais em processo de reestruturação. Não são, efetivamente, as migrações que deram lugar ao processo de reestruturação, mas são elas que cumpriram papel relevante na busca realizada pelos industriais pela redução dos custos relacionados à produção – buscada em todas as direções, mas, principalmente, por intermédio do rebaixamento dos custos relacionados ao fator trabalho. A mobilização para além das fronteiras do país se configura como um elemento relevante no processo que ocorreu em todo o território. Assim, por meio de suas ações, o Estado incentivou a emergência de novas formas de contratação que proporcionaram melhores condições de retorno aos capitais nacionais. Essa relação permite esclarecer uma dimensão dos efeitos do recrutamento de trabalhadores haitianos no Brasil e no estado do Paraná, em particular.

Resulta relevante destacar, no entanto, que, apesar das implicações resultantes dessas três estratégias orientadas a ampliar as formas de valorização através do espaço (Smith, 1988), também se vislumbra a configuração do padrão neoliberal de migração a partir de mecanismos de recrutamento de força de trabalho migrante que determinam transformações nas relações laborais. No contexto da crescente busca para assegurar formas de valorização e acumulação de capital, os industriais implementaram

mecanismos de redução de custos produtivos (Lima, 2023), enfatizando a ampla incorporação de formas precárias de trabalho migrante (Pachi, 2021) – próprias da neoliberalização (Peck, 2004; Herod e Lambert, 2016; Lima, 2024).

No caso do Brasil, especificamente, a chegada de trabalhadores haitianos representou um aumento no número de postos de trabalho ocupados por pessoas com um nível de educação básica, uma vez que sua inserção no mundo do trabalho ocorreu basicamente em postos técnicos e de baixa qualificação (RAIS, 2020), muitas vezes sem contrato de trabalho. Trata-se de situações com as quais a maioria dos migrantes se confronta diariamente.

No estado do Paraná, em especial, a incorporação de trabalhadores haitianos se realiza de várias formas. Isso acontece por meio de mecanismos de contratação direta (estabelecidos nos acordos legais entre Brasil e Haiti) e modalidades indiretas (nesse caso, os industriais contam com "coyotes", comuns nas fronteiras entre territórios). O que é comum em ambos os casos é contar com o apoio de intermediários que operam aqui e lá, oferecendo vagas atraentes para os haitianos – que muitas vezes não são cumpridas, quando não se trata de trabalhos forçados em todo o território (Pachi, 2019).

Este exercício se baseia nos pressupostos empíricos constatados no trabalho empírico, que sustentam e fundamentam esta análise. Com a realização do trabalho de campo, foi possível verificar que uma das indústrias têxteis brasileiras investigadas emprega 118 trabalhadores haitianos, dos 63 que trabalham em sua estrutura. Esses imigrantes chegaram ao Brasil entre 2010 e 2011, quando, por meio de uma rede de contatos, um deles soube que as indústrias do estado do Paraná estavam recrutando trabalhadores do Haiti. Ele entrou em contato com elas, verificou as possibilidades de contratação e iniciou sua trajetória migratória para o Brasil. Uma vez instalado, enviou informações para sua esposa, que emigrou um ano depois, junto com seus filhos. Desde então, continuam convidando mais pessoas de seu círculo de relações sociais a emigrar com o incentivo das indústrias, que concedem um adiantamento econômico para o

deslocamento inicial. Quando chegam, precisam trabalhar intensamente na indústria como forma de compensar o dinheiro adiantado.

Esses trabalhadores vivem perto da estrutura produtiva em que trabalham, em pequenas moradias rudimentares de madeira, que têm dois quartos e um espaço comum, onde cozinham, comem e dormem. A moradia é alugada pelo dono da indústria. No total, há 14 migrantes: sete homens, quatro mulheres e três crianças. São trabalhadores de origem rural que vêm de uma experiência de expropriação no Nordeste do Haiti, onde foram obrigados a abandonar suas terras no município de Caracol, uma área que também experimentou um recente processo de reestruturação produtiva capitalista. Esses migrantes agora trabalham na comuna de Cabo Haitiano como trabalhadores informais. De lá, deslocaram-se para o Brasil para ocupar os postos de trabalho em diferentes setores.

Ao chegar ao Brasil, foram recrutados para trabalhar nas indústrias têxteis do Paraná. Na unidade produtiva, as haitianas e os haitianos estão sujeitos a diferentes funções: os homens ajudam a carregar os caminhões, levantando os fardos de mercadoria que pesam entre 50 e 100 kg e transportando os entulhos, descarregam os produtos químicos, desentopem tubulações, limpam os vidros da estrutura e dos reboques por onde se deslocam as mercadorias, e realizam qualquer outra atividade requerida. As mulheres, por sua vez, geralmente se dedicam a costurar, cortar, ajustar e limpar tudo o que for necessário. Dessa forma, é comum a todos os imigrantes não permanecerem em um local de trabalho definido, mas rotacionarem (relação da flexibilidade), conforme os requisitos da produção de bens têxteis.

Essa é uma das funções principais, mas não a única. Realizando atividades manuais com pouca qualificação formal e/ou recebendo salários mais baixos, homens e mulheres do Haiti fazem parte do fortalecimento da submissão da classe trabalhadora na região. Um dos resultados diretos disso é a manutenção de índices altos de trabalhadores disponíveis para trabalhar, recebendo baixas remunerações, o que repercute na estrutura do trabalho, dificultando até mesmo o poder de negociação do conjunto dos

trabalhadores. O desconhecimento da legislação nacional e dos direitos que têm os cidadãos que vivem em território brasileiro pode potencializar esse efeito adverso da contratação de força de trabalho imigrante.

A tendência estrutural ao barateamento dos custos produtivos relacionados ao fator trabalho (Oliveira, 1984), que se assenta sobre esses preceitos históricos, foi constatada empiricamente com esta pesquisa. Em 2018, os trabalhadores provenientes do Haiti receberam 42% dos salários mais baixos do país, enquanto os imigrantes da França receberam 76,5% dos salários mais altos (RAIS, 2020, p. 23). Trata-se de inseri-los para receber os salários mais baixos – ou mesmo mantê-los no “mínimo aceitável pelo sistema” (Villen, 2015, p. 23).

Na busca por redução de custos em momentos de crise, os trabalhadores imigrantes surgem como uma força de trabalho potencial a ser contratada pelos proprietários industriais como um dos mecanismos de extração de mais-valia, o que acaba potencializando a crescente demanda por “repor as empresas com braços e cérebros de todo o mundo [que laboram] a muito baixo custo” (Basso, 2015, p. 24). Devido às suas condições de instabilidade, eles se submetem a um trabalho mais duro e mal remunerado.

No bojo do processo, tal qual vai se configurando no Brasil, a crise iniciada em 2007 e repercutida nos anos seguintes – bem como as outras que desencadearam recentemente – insere-se entre os elementos explicativos da expulsão da maioria dos países latino-americanos. No entanto, o contexto histórico e universal, especialmente na particularidade latino-americana, em que a estrutura do mercado de trabalho tem traços precários, é requalificado à medida que trabalhadores haitianos são mobilizados para alterar a dinâmica do mundo do trabalho, repercutindo, como se verá adiante, nas relações socioculturais em geral.

A crise se configura, portanto, como uma das oportunidades mobilizadas pelos capitais e chanceladas pelo Estado nacional para rearranjar as condições de acumulação do capital. Assim, apenas indicar os traços relacionados à emergência da crise – apesar

de sua relevância — não permite descortinar os interstícios da invisibilidade da rodada de reestruturação que, ao chegar ao Haiti, expulsa trabalhadores que são, talvez, os poucos que ainda restam na terra, cultivando-a como meio de vida, para fazê-la gerar renda, produzir ou tornar-se suporte para a produção industrial. E ao incidir sobre o Brasil, mobiliza os contornos de políticas de escala que produzem efeitos altamente perversos.

As migrações que resultaram das ações do Estado são parte constituinte da rodada de reestruturação produtiva que se estabeleceu no Brasil. Embora ela não seja a fonte dos deslocamentos migratórios de haitianos para o Brasil, a chegada de migrantes haitianos e sua introdução nas estruturas produtivas do Estado se articulam enquanto estratégias importantes que foram tomadas pelos industriais brasileiros como forma de aumentar a produção a custos decrescentes, aumentando a competitividade. A mobilização de migrantes haitianos permitiu maiores níveis de redução de custos salariais, dadas as condições às quais os trabalhadores migrantes se submetem, garantindo a permanência de parte desta indústria brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisei os movimentos migratórios internacionais desde o início do século XXI, focando nos deslocamentos de haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná entre 2010 e 2018. A questão norteadora foi: quais ações e mecanismos contribuíram para que, na última década, o Brasil se tornasse um destino para a migração de haitianos? O foco desse questionamento buscou compreender se as ações e os mecanismos permitem evidenciar o movimento migratório realizado pelos haitianos, bem como as implicações que suas chegadas produzem nas relações sociais do Brasil e do estado do Paraná.

Com a análise, demonstrou-se que o papel do Estado brasileiro, observado a partir da implementação de marcos regulatórios e ações geopolíticas direcionadas para atrair migrantes haitianos, incluindo concessões de vistos permanentes por razões humanitárias e a Portaria Interministerial nº 10 de 2018, contribuíram para o

recrutamento de força de trabalho migrante, que geram transformações nas relações laborais. Ao fazê-lo, apontei como esses movimentos migratórios são parte de um processo mais amplo de uma rodada de reestruturação produtiva que teve lugar em tempos recentes no Brasil. Essas políticas promulgadas pelo Estado foram alinhadas a interesses econômicos de grupos nacionais, utilizando os marcos regulatórios para mobilizar força de trabalho haitiana e, com isso, atender demandas do mercado de trabalho nacional, principalmente em indústrias com baixos salários e poucas qualificações, como as do setor têxtil no estado do Paraná.

Deste modo, evidenciei que a regulação dos deslocamentos internacionais se articula, também, enquanto um exercício geopolítico, capaz de mobilizar, cooptar e alterar fluxos e relações. A mudança do eixo migratório dos países do Norte Global para os do Sul Global, como Brasil e Chile, evidencia seu alcance. A "geopolítica silenciosa" das migrações ilustra como o Estado brasileiro, por meio de suas ações, contribui para o deslocamento e a expulsão de migrantes além de suas fronteiras. Apesar da retórica de inclusão, a realidade enfrentada por esses migrantes muitas vezes resulta em condições de trabalho precárias e intensificação de desigualdades, características da periferia global. Essas políticas produzem repercussões no território e em suas relações socioculturais.

Essas ações demonstram que a mobilização dos marcos regulatórios do Estado não apenas prepara e permite a reorganização da atividade produtiva que enseja a reestruturação em curso no Brasil, mas também modifica as relações de produção para fora de seus limites territoriais. O próprio Estado se converte em veículo e motor do processo de reestruturação espacial em curso, que se forja não apenas por intermédio da reorganização no interior da estrutura produtiva (reengenharia e reorganização) e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira, mas também por meio de ações geopolíticas coletivas de mobilização do aparato militar do Estado – em ação coletiva –, dos marcos regulatórios e dos fundos estatais para atender às demandas privadas da reestruturação.

Induzida pelas crises para as quais busca oferecer respostas, a reestruturação produtiva se forjou não apenas por meio da reorganização da estrutura produtiva e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira nos limites do território, mas ampliou seu alcance, mobilizando o aparato do Estado que atuou para além de suas fronteiras. Tal atuação se evidencia na formulação e na alteração dos marcos regulatórios e por meio de ações diplomáticas que possuem um caráter abertamente militarizado.

Nelas residem os elementos constitutivos do atual padrão migratório que produziu o fluxo no qual determinados marcos políticos fizeram com que os haitianos constituíssem um fluxo migratório que cresceu de forma significativa na década de 2010. É nesse sentido que a regulação dos deslocamentos de pessoas que configuram os processos migratórios internacionais é, fundamentalmente, um exercício geopolítico que incidiu sobre o aumento no volume dos fluxos e sobre a mudança no eixo. Compreender os processos migratórios sob a ótica da economia política revela que o Estado, em conjunto com frações do capital e organismos multilaterais, produz efeitos significativos no mundo do trabalho, no território e em suas relações socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARMIJOS-ORELLANA, Ana Carolina; MALDONADO-MATUTE, Juan; GONZÁLEZ-CALLE, María; GUERRERO-MAXI, Pedro. Los motivos de la migración. Una breve revisión bibliográfica. **Revista Universitas-XXI**, 37, pp. 223-246. <https://doi.org/10.17163/uni.n37.2022.09>.
- BASSO, Pietro. 2015. “Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa”.
- BASSO, Pietro. Migration. Em: MUSTO, Marcello (Org.). **The Marx Revival: Key Concepts and New Interpretations**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 232-46, 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional De Imigração. 2012. Resoluções normativas. Disponível em:

https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2024. Resoluções normativas.

Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/10075-resolucoes-normativas?start=20>. Acesso em 21 de agosto, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. 2018. Portaria Interministerial nº 10, de 31 de agosto, 2019. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/875>. Acesso em 25 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2022. Participação do Brasil na MINUSTAH. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/embajada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues/relacoes-brasil-haiti/participacao-do-brasil-na-minustah>. Acesso em 25 de junho de 2024.

BRENNER, Neil. **New state spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. Oxford: Oxford Academic, 2004.

BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.

CIGOLINI, Adilar. A questão do Estado na Geografia Política contemporânea brasileira. **Revista Espaço E Geografia**, n. 25, v. 1, p. 61-79, 2022.

<https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42049>

COUTINHO, Aldacy Rachid. Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência. **Revista Estudos do Século XX**, v. 13, n. 1, p. 167-180, 2013.

Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_10. Acesso em: [data de acesso].

DESROSIERS, Michaëlle. **Trabalho, Mulheres Negras e Zonas Francas no Haiti Contemporâneo**: O “Empresariado Humanitário” Neocolonial em Movimento. 2014.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FRESCA, Tania Maria. Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de**

Geografia, v. 24, n. 1, p. 129-146, 2006. Disponível em:

<https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v24i1.12390>. Acesso em: [data de acesso].

GARCÍA LINERA, Álvaro. *¿Qué es una revolución?: y otros ensayos reunidos*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GILMORE, Ruth Wilson. Fatal couplings of power and difference: Notes on racism and geography. *The Professional Geographer*, v. 54, n. 1, p. 15–24, 2002. Disponível em:

<https://doi.org/10.1111/0033-0124.00310>. Acesso em: [data de acesso].

GOMES, Sueli. A presença dos migrantes haitianos em território maringaense. *Revista Geografar*, v. 11, n. 1, p. 5–16, 2016. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v11i2.48145>. Acesso em: [data de acesso].

HARVEY, David. *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2005.

HARVEY, David. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Londres: Profile Books, 2014.

HARVEY, David. *The postmodern condition: An Enquiry into the origins of cultural change*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

HEROD, Andrew; LAMBERT, Rob. Neoliberalism, precarious work and remaking the geography of global capitalism. In: LAMBERT, Rob; HEROD, Andrew (Orgs.).

Neoliberal Capitalism and Precarious Work: Ethnographies of Accommodation and Resistance. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016.

JESSOP, Bob. **State theory**: putting capitalist states in their place Polity Press. Londres: *Routledge, London* (1990).

JESUS, Alex. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

KILMISTER, Andrew. Restructuring. Em: BROWNING, Gary & HALCLI, Abigail (Orgs.). **Understanding Contemporary Society: Theories of the Present**. London: Sage publications, 2000, pp. 252-266.

LAMOSO, Lisandra. Desafios da desindustrialização brasileira: para além das métricas, a necessidade do debate político. In: GOMES, Maria Terezinha Serafim; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Questões regionais e Geografia Econômica: perspectivas e desafios contemporâneos**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 103-124.

LENCONI, Sandra. **Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo.** Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 1991.

LIMA, Flávio. Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. e195501, 2024. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.195501](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.195501). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195501..>

LIMA, Flávio. Neoliberalismo: interpretações críticas e defensivas, intencionalidades e implicações. **Revista Percurso**, Maringá, Brasil, v. 16, n. 1, p. 57-89, 2024.

LIMA, Flávio. Under the shadows of capital-imperialism: conditions of expropriation and exploitation of Haitian immigrants. In: RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad (ed.). **Marxism and migration: Marx, Engels, and Marxisms**. New York: Palgrave Macmillan, 2022. DOI: http://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_6.

MANN, Michael. El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados. **Revista de Relaciones Internacionales**, n. 5, p. 1-43, 2007.

<https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2007.5.004>

MARTINS, Isis. Geografias da imigração haitiana para o Brasil. **Revista Tamoios**, v. 14, n. 1, p. 71-82, 2018. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2018.30652>.

MASSEY, Doreen. The legacy lingers on: the impact of Britain's international role on its internal geography." MARTIN, Ron (Org.). **The geography of de-industrialisation: critical human geography**. Londres: Palgrave, 1986, p. 31-56.

NAGEL, Caroline. Geopolitics by another name: inmigration and politics of assimilation. **Revista Political Geography**, n. 21, v. 2, p. 971-987. 2002.

NAVARRO, Vera. **A produção de calçados de couro em Franca-SP: a reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998.

OBMigra. 2019. **Relatório Anual: Imigração e Refúgio no Brasil.** Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em 21 de agosto, 2024.

OBMigra. 2020. **Relatório Anual: Imigração e Refúgio no Brasil.** Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em 21 de agosto, 2024.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 245, n. 1, pp. 1-15, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. Passagem na neblina. Em: OLIVEIRA, Francisco. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 7-22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **MIPONUH - Profil de la mission, 2012**. Disponível em:

[https://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/past/mipon_p.htm]. Acesso: 22.04.2022.

PACHI, Priscila. A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo.

TRAVESSIA - Revista Do Migrante, v. 25, n. 42, 2021. doi:10.48213/travessia.i88.952.

PACHI, Priscila. **A Precarização na Base da Mundialização Contemporânea**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2019.

PECK, Jamie. Geography and public policy: constructions of neoliberalism." **Revista Progress in Human Geography**, n. 28, v. 3. p. 392-405, 2004.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Território e economia política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Território e economia política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século xx**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

- RAIS. 2020. Relatório RAIS: A inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal". Disponível em:
https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_RAIS/Relat%C3%B3rio_RAIS.pdf. Acesso em 24 de agosto de 2024.
- RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad. As Migrants Move: (re)formation of class and class struggle. Em: RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad (Orgs.). **Marxism and Migration**: Marx, Engels, and Marxisms. Palgrave Macmillan, Cham, 2022. p. 3-31. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_1
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas públicas para o espaço. **Revista Cidades**, v. 13, n. 22, pp. 41-69, 2016.
- SEGUY, Frank. **A Catástrofe de Janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a Recolonização do Haiti**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SMITH, Neil. Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geographical scale. **Revista Social Text**, 33: 54-81, 1992.
- TUNES, Regina. 2019. Concentração e Territorialização da produção inovadora no Brasil: uma análise a partir do conceito de condições gerais de produção. **Revista Geographia**, v. 21, p. 52-71.
- VIETRO, Anderson. **A indústria confeccionalista no Norte do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.
- VILLEN, Patrícia. **Migração na modernização dependente**: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada". Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- WEBER, Max. **Economia & sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.